

conade

I N F O R M A

Conade Informa
Ano VI - Nº 4
Agosto de 2012

Brasília, Agosto de 2012 • Ano VI • Nº 4 • Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - (61) 2025-3673

Primeiro balanço do Viver sem Limite é apresentado no Plenário do Conade

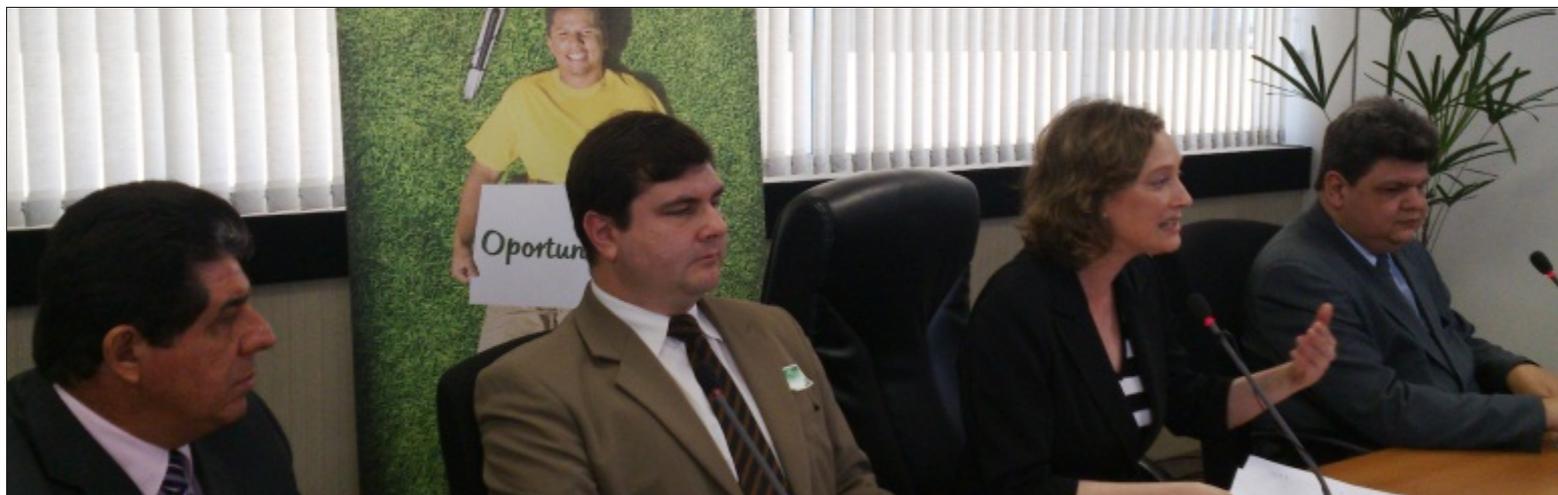


Foto: da esq. para a dir. Roberto Tiné (Apabb), Moisés Bauer (ONCB), ministra Maria do Rosário Nunes (SDH/PR) e Antônio José Ferreira, titular da SNPD

• A Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) apresentou para o Conade, em sua 81ª Reunião Ordinária, no dia 16 de agosto, o primeiro balanço oficial do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite. Com apoio de técnicos do Ministério da Saúde (MS), do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a ministra Maria do Rosário e o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Ferreira, avaliaram como “positivo” o resultado obtido até aqui. Dois dias antes da apresentação da ministra, técnicos de seis ministérios apresentaram para os conselheiros do Conade os detalhes das metas e o andamento de cada ação.

NOTÍCIAS

Acessibilidade na TV é tema de palestra na 81ª Reunião Ordinária do Conade

• O tema foi apresentado aos conselheiros do Conade por Monique Cruvinel Bandeira, gerente de tecnologia da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e por Octavio Penna Pieranti, diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (SCE/MC). Os palestrantes apresentaram os detalhes das quatro tecnologias disponíveis para acessibilidade na TV: legenda oculta, audiodescrição, dublagem e janela de libras.

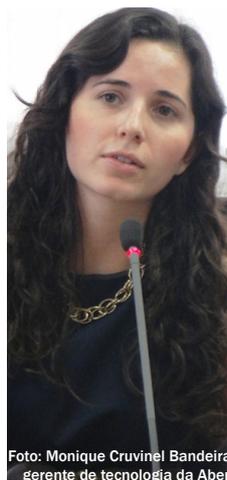


Foto: Monique Cruvinel Bandeira, gerente de tecnologia da Abert

IETS e UFRJ apresentam estudo

• O instrumento pretende classificar as deficiências de acordo com a definição dada pela Convenção sobre Os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

GT Estatuto realiza primeira reunião

• O Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para aprimorar os projetos de lei 3.638/2000 e 7.699/2006, realizou sua primeira reunião no dia dois de agosto, em Brasília/DF.

Três acontecimentos que mudam vidas

A qualidade de vida das pessoas com deficiência pode mudar para um novo patamar. Três acontecimentos estão em curso e o seu resultado pode representar avanços nos direitos da pessoa com deficiência com reflexo em sua autonomia e inclusão.

Prezados amigos,

No dia 17 de novembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano foi elaborado durante boa parte do ano de 2011 e por duas vezes seu esboço foi apresentado ao Conade. Três ministros de estado e diversos técnicos estiveram no Plenário do Conade para detalhar as ações de sua pasta. Maria do Rosário Nunes, titular da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gleisi Hoffman, da Casa Civil da Presidência da República e Fernando Haddad, então ministro da Educação, ouviram sugestões e críticas dos conselheiros do Conade.

Após nove meses, o primeiro balanço do Viver sem Limite, apresentado no Plenário do Conade, mostra que muitas ações já foram realizadas e que as metas para 2012 estão garantidas. O Viver sem Limite já começa a fazer a diferença para muitas pessoas com deficiência neste curto espaço de tempo, tendo em vista que suas metas finais são para 2014.

O Plano é prioridade da presidenta Dilma e, quinzenalmente, representantes dos 15 órgãos do governo envolvidos se reúnem na Casa Civil para avaliar o andamento das ações. A cada seis meses o balanço das metas será apresentado ao Conade.

Por meio de ações estratégicas em educação, saúde, inclusão social e acessibilidade, o Plano tem como objetivo promover a cidadania e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e o usufruto, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis à população.

Aliado a isto, em dezembro, será realizada a III Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Desde o início do ano, fóruns e conferências municipais e

estaduais estão sendo realizadas como etapas preparatórias para a III Conferência. Em todos os eventos, dezenas de propostas estão sendo construídas visando aprimorar e avançar no quesito “direitos da pessoa com deficiência”. Com o tema “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: Novas Perspectivas e Desafios”, a Conferência Nacional será um importante instrumento de subsídio para o aprimoramento do texto do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Grupo de Trabalho que foi criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para aprimorar o texto do Projeto de Lei nº 7.699/2006 que cria o Estatuto, fez sua primeira reunião no início de agosto. Seus membros assinaram documento se comprometendo a contribuir com a legislação dos direitos da pessoa com deficiência, sem que haja retrocesso nos direitos já conquistados.

Estes são três acontecimentos que podem mudar a vida da pessoa com deficiência. As ações do Viver sem Limite, as propostas da Conferência Nacional e as contribuições do GT Estatuto. Estes e outros assuntos estão nesta edição do Conade Informa.

A partir desta edição o Conade Informa está de cara nova. Com o novo visual, mais moderno e profissional, pretendemos tornar a leitura mais atraente e agradável. Esperamos que você goste!

Boa Leitura!

Roberto Tiné

*Coord. da Comissão de Comunicação Social
Conselheiro Representante APABB*



Primeiro balanço do Viver sem Limite é apresentado pela Ministra Maria do Rosário

A Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) apresentou para o Conade, em sua 81ª Reunião Ordinária, no dia 16 de agosto, o primeiro balanço oficial do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite.



Foto: Plenário do Conade durante a apresentação do balanço do Viver sem Limite.

No dia 16 de agosto, a ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), apresentou para o Conade, em sua 81ª Reunião Ordinária, o primeiro balanço oficial do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite. Com apoio de técnicos do Ministério da Saúde (MS), do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a ministra Maria do Rosário e o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Ferreira, avaliaram como “positivo” o resultado obtido até aqui. Dois dias antes da apresentação da ministra, técnicos de seis ministérios apresentaram para os conselheiros do Conade os detalhes das metas e o andamento de cada ação.

“Todas as iniciativas de mudança, tanto no marco normativo quanto na pactuação com os estados, foram alcançadas nesse primeiro semestre de 2012”, explicou a ministra. Entre as metas objetivas alcançadas estão a criação de 20 mil vagas para pessoas com deficiência no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronec) e a aquisição de 678 ônibus acessíveis, ante a meta de 609 desses veículos, que serão entregues entre novembro deste ano e março de 2013.

A ministra Maria do Rosário destacou a mudança de paradigma contida no Viver sem Limite. “É importante

ressaltar que estamos trabalhando a partir de uma nova lógica, que é de autonomia e garantia de direitos das pessoas com deficiência”, avalia.

“A nossa avaliação é de que o plano está obtendo resultados concretos para a vida das pessoas, mobilizando a sociedade brasileira, estados e municípios, pelos direitos das pessoas com deficiência”, disse a ministra Maria do Rosário.

Pacto Federativo

O Viver sem Limite foi lançado em novembro de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff e reúne ações de 15 ministérios, com investimentos da ordem de R\$ 7,7 bilhões até 2014 e coordenação da SDH/PR. O plano é organizado em quatro eixos: acesso à educação, acessibilidade, atenção à saúde e inclusão social. As políticas públicas adotadas a partir desses focos são pactuadas entre a União, os estados e os municípios. De acordo com Maria do Rosário, nos eixos de educação, saúde e inclusão, há 100% de acesso dos estados independentemente da sua adesão.

Desde o seu lançamento e até a apresentação do balanço, oito estados da federação já haviam aderido ao Plano e outros dezoito estavam em negociações avançadas. No dia 20 de agosto, durante a abertura da IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Pernambuco, o governador Eduardo Campos assinou o termo

EM FOCO

de adesão, transformando Pernambuco no nono estado a aderir ao Plano. A ministra Maria do Rosário e o titular da SNP, Antônio José Ferreira, participaram do evento. Nas próximas semanas, são esperadas as adesões de Sergipe e Paraíba. Atualmente, segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

Metas do Plano

‘Em nove meses de atuação, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite, conseguiu atingir diversas metas. Quanto às metas que ainda estão em curso, a expectativa da ministra Maria do Rosário é a de cumprir todas.

No eixo de acesso à educação, além da abertura de 20 mil vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cuja meta do ano foi cumprida, está previsto para setembro o lançamento da página do Pronatec na internet, na qual pessoas com deficiência poderão cadastrar-se em cursos da Bolsa-Formação, que garante aos beneficiários alimentação, transporte e todos os materiais escolares necessários. Pessoas com deficiência terão prioridade na ocupação das vagas.

Outro programa que também superou a meta foi o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (Programa BPC na Escola), que vincula a frequência escolar ao recebimento do benefício, e que já formalizou a adesão de 2.023 municípios perante a meta de dois mil. Além disso, foram licitadas 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e foi finalizada a ata de preços para aquisição de 15 mil conjuntos de atualização para as salas já existentes. Para permitir a adaptação das escolas, 2.866 municípios foram selecionados através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Acessível, que receberão um total de R\$ 100 milhões, beneficiando 10 mil escolas.

Ainda com relação ao BPC, quase 3.000 beneficiários do Programa BPC Trabalho foram visitados, nos seis primeiros meses do ano, por equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), que buscam pessoas com deficiência que têm interesse em trabalhar. O objetivo é o de levantar os interesses e necessidades para a qualificação profissional e o acesso ao trabalho. A meta para 2012 é de visitas a 4.800 beneficiários.

Criado em 1996, o BPC beneficia quase um milhão de pessoas com deficiência entre 16 e 65 anos de idade, que estão fora do mercado de trabalho. Quem teve seu benefício suspenso ao conseguir emprego, mas ficou desempregado, pode voltar a receber o BPC. Os contratados como aprendizes podem acumular o salário pago pelas empresas e o valor do benefício por dois anos.

Na educação superior, o Programa Incluir destinou

R\$ 3 milhões para 55 universidades federais se adaptarem para receber estudantes com deficiência. Além disso, foram pactuados 27 novos cursos de Letras/Libras, um por unidade da federação, e 12 cursos de pedagogia bilíngue Libras/Língua Portuguesa. Para os novos cursos, serão criadas 600 vagas para professores e 690 vagas para tradutores e intérpretes.

A meta prevista para 2012, no que diz respeito à implantação de transporte escolar acessível, foi superada. Foram investidos R\$ 89,5 milhões para compra de 678 ônibus acessíveis, que serão entregues a 519 municípios entre novembro de 2012 e março de 2013. De acordo com Maria do Rosário os ônibus já foram adquiridos, mas serão entregues aos municípios somente após o prazo eleitoral, em cumprimento da legislação vigente.

A meta para este ano era a de adquirir 609 veículos. “Quando a pessoa com deficiência se cadastra para uma dessas vagas, é feita uma análise para identificar quais equipamentos se adequam às especificidades de cada um”, explicou a diretora de políticas educacionais especiais do MEC, Martinha Clarete.



Foto: conselheira Martinha Clarete Dutra (MEC).

No âmbito da acessibilidade, entretanto, apenas os nove estados que aderiram ao Plano estão plenamente comprometidos. “A acessibilidade é um desafio, não só arquitetônico, mas também de comunicação, por exemplo. Ao longo da história, essa não foi uma questão observada, o que dificulta a atual implantação”, explicou Maria do Rosário.

Neste eixo um dos destaques foi a construção de 99.185 casas, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinadas a pessoas com renda mensal entre um e três salários mínimos. As casas foram construídas de acordo com o desenho universal, que permite a adaptação à moradia de pessoas com deficiência mediante a instalação de equipamentos ou de pequenas adaptações que são feitas durante a obra. As adaptações serão feitas de acordo com a

EM FOCO

deficiência das pessoas que vão residir na unidade. No primeiro semestre, nove mil casas adaptadas foram entregues.

Para aumentar o número de produtos de tecnologia assistiva no País, o governo inaugurou em julho o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), em Campinas/SP, nas instalações do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Para compor a rede orientada pelo CNRTA, 29 núcleos interdisciplinares de inovação em tecnologia assistiva já foram habilitados.

Essa rede vai realizar não só pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias que resultem em produtos a serem incorporados ao cotidiano das pessoas com deficiência, como também financiar projetos cooperativos entre empresas brasileiras para o desenvolvimento de produtos e serviço para aumentar a autonomia e qualidade de vida de pessoas com deficiência. Uma linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no valor de R\$ 90 milhões foi destinada para este fim. Desse total, R\$ 11 milhões já foram liberados.

Na área fiscal, a pessoa com deficiência foi beneficiada com a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos para pessoas com deficiência e, a partir de janeiro do próximo ano, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em todos os estados. O secretário nacional de Promoção das Pessoas com Deficiência da SDH/PR, Antônio José Ferreira, disse que, com as desonerações, o desconto na compra do veículo ficará entre 30% e 40%. A desoneração do ICMS foi uma conquista que teve a participação direta do Conade. Em 2005, o Conade levou esta demanda para o Conselho Nacional de Política Fazendária, composto por representantes de todas as unidades da federação e, desde então, vem acompanhado as negociações com o Governo Federal.

Na área da saúde, foram aprovadas 32 propostas de Centro Especializado de Reabilitação (CER), cujo objetivo é o de ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados às pessoas com deficiência. Do total assinado, 20 centros serão integralmente implantados e outros 12 serão qualificados.

Dois grandes projetos-piloto estão funcionando: os Centros-Dia e as Residências Inclusivas. Os centros-dia são espaços de atendimento multidisciplinar. Incluem acompanhamento e assessoramento em todas as atividades da vida diária, atividades recreativas e ocupacionais e orientações à família, entre outros serviços.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassou os recursos para quatro municípios instalarem centros-dia: Curitiba/PR, Campo Grande/MS, Belo Horizonte/MG e João Pessoa/PB. Durante o balanço, a secretária nacional de assistência social adjunta do MDS, Valéria Gonelli, explicou que os centros funcionarão dez



Foto: Roberto John Gonçalves da Silva, diretor de Políticas Temáticas da SNPDP.

horas por dia, oferecendo serviços que deem respaldo às famílias no cuidado das pessoas com deficiência. Em novembro, será ofertada a expansão de financiamento para mais 23 centros-dia em cada estado e no DF.

Além disso, outras seis cidades receberam verbas do MDS: Cascavel/PR, São José/SC e Bauru/SP, para criarem duas residências inclusivas em cada uma; e João Pessoa/PB, Campo Grande/MS e Ponta Grossa/PR, para a construção de uma residência inclusiva em cada uma.

O centro-dia de referência oferece proteção social para pessoas com deficiência e familiares em situação de vulnerabilidade. Os beneficiários são acolhidos e recebem orientações e cuidados cotidianos. Após a realização da programação diária, o usuário retorna à sua residência.

Relatório Apresentado

Veja a seguir o relatório completo do Balanço do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, apresentado pela ministra Maria do Rosário.

Balanço do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite

Dados do 1º semestre de 2012

EIXO ACESSO À EDUCAÇÃO

Pronatec - A meta de 2012 já foi atingida: 20 mil vagas estão disponíveis para pessoas com deficiência. Este mês será lançado o novo portal do Pronatec, no qual pessoas com deficiências poderão efetuar cadastro em cursos da Bolsa-Formação, com atendimento prioritário para a ocupação das vagas.

Transporte Escolar Acessível - 678 ônibus acessíveis serão entregues entre novembro de 2012 e março de 2013 a 519 municípios beneficiados. O número ultrapassou a meta de

EM FOCO

2012, que era de 609 veículos, e foram empenhados R\$ 89,5 milhões.

BPC na Escola - 2.023 municípios já formalizaram a adesão ao BPC na Escola; a meta do ano é de 2.000 municípios. Salas de Recursos Multifuncionais - As 13.500 novas salas previstas para todo o ano de 2012 já estão sendo licitadas. Dos 15 mil kits de atualização previstos, 1.500 foram adquiridos. Os demais estão na ata de registro de preço com publicação prevista para setembro.

Escola Acessível - 2.866 municípios já foram selecionados para PDDE Escola Acessível para beneficiar 10 mil escolas. Acessibilidade na Educação Superior - 55 das 59 universidades federais que apresentaram projetos já receberam recursos para estruturar núcleos de acessibilidade.

EIXO ACESSIBILIDADE

Minha Casa, Minha Vida 2 - Foram contratadas 99.185 moradias adaptáveis.

Minha Casa Minha Vida 1 - Nove mil kits de adaptação foram entregues.

Microcrédito - Conforme a meta prevista, o Governo Federal lançou a linha de crédito do Banco do Brasil, o BB Crédito Acessibilidade. Foram contratados R\$ 4,1 milhões até julho de 2012

Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - Em 20 de julho, foi inaugurado o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), em Campinas/SP, nas instalações do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Foram habilitados 29 Núcleos Interdisciplinares de Inovação em Tecnologia Assistiva para compor a rede; sete deles serão apoiados em 2012; quatro núcleos foram criados em 2011.

Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva - Foi criada a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de R\$ 90 milhões, dos quais R\$ 11 milhões foram destinados para apoiar oito projetos de inovação em tecnologia assistiva.

Centros Tecnológicos Cães-Guia - Início do curso do primeiro centro tecnológico, em Camboriú/SC previsto para setembro. Quatro municípios já foram selecionados para abrigar os demais centros.

Desoneração tributária - Produtos de tecnologia assistiva foram desonerados de Cofins e PIS por meio da Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012.

Catálogo Nacional - Foi lançado o catálogo nacional de produtos de tecnologia assistiva em novembro de 2011. O site www.assistiva.mct.gov.br é atualizado periodicamente, com base em solicitações e informações dos fabricantes. O site já teve 68 mil acessos.

EIXO ATENÇÃO À SAÚDE

Centro de Referência em Reabilitação (CER) - Houve pactuação e aprovação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, por meio da portaria nº 793. Foram aprovadas 32 propostas de CER (20 novos e 12 qualificações).

Oficinas Ortopédicas - Houve aprovação de três oficinas fixas em Cuité/PB, Juazeiro do Norte/CE e Aracaju/SE. Duas já foram empenhadas

Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - Grupos de trabalho de nove das 10 diretrizes previstas para serem publicadas até 2014 já foram instituídos. As quatro diretrizes previstas para 2012 devem ser publicadas em setembro (síndrome de Down e triagem auditiva neonatal), novembro (lesão medular) e dezembro (deficiências visuais)

EIXO INCLUSÃO SOCIAL

BPC Trabalho - 2.926 beneficiários do BPC foram visitados (a meta para 2012 é 4.800)

Centros-Dia de Referência - Houve repasse de recurso federal em junho para quatro municípios: Curitiba/PR, Campo Grande/MS, Belo

Horizonte/MG e João Pessoa/PB. Em novembro, será ofertada a expansão do cofinanciamento da União para mais 23 centros-dia, um por unidade da Federação.

Residências Inclusivas - Houve repasse de recurso federal em junho para cofinanciar nove residências em seis municípios: Cascavel/PR (2), Ponta Grossa/PR (1), São José/SC (2), João Pessoa/PB (1), Campo Grande/MS (1) e Bauru/SP (2). Em novembro, será reaberto o processo de adesão de municípios elegíveis para a implantação de mais 31 residências inclusivas

Alterações no BPC - No final de 2011, alterações da legislação passaram a permitir a suspensão do BPC na ocasião de contratação do beneficiário e retorno automático após a saída do emprego, além do acúmulo do benefício com a renda do aprendiz (Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, e Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011).



Imagem: Visão de cima de um gramado com o nome do Plano e 4 pessoas. Abaixo do nome "Viver Sem Limite" um cadeirante segurando uma placa com a palavra "autonomia", ao seu lado, deitado no chão, um deficiente visual segurando uma placa com a palavra "oportunidade", ao seu lado, uma mulher fazendo sinal de libras, também deitada, segurando uma placa com a palavra "consciência" e ao lado dela uma menina com síndrome de down segurando uma placa com a palavra "inclusão".

GT Estatuto realiza sua primeira reunião

O Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para aprimorar os projetos de lei 3.638/2000 e 7.699/2006, que tratam do Estatuto da Pessoa com Deficiência, realizou sua primeira reunião no dia dois de agosto, em Brasília/DF.

Presente no encontro, a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, destacou a importância do trabalho que será desenvolvido pelo colegiado. Rosário lembrou que a criação do GT foi uma decisão tomada em conjunto com a frente parlamentar, de forma madura, a fim de consolidar uma legislação em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU (CDPD), ratificada pelo Brasil em 2008 com status constitucional.

A Ministra lembrou que foi integrante da Comissão Especial na Câmara dos Deputados, sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, na área cultural, e que durante esses 10 anos muitas conquistas foram realizadas para o segmento, dentre elas, a Convenção da ONU. “Destaco aqui os trabalhos do senador Paulo Paim, do deputado Eduardo Barbosa, da deputada Rosinha da Adefal, do deputado Wellington Dias, do senador Lindberg Farias e do deputado Walter Tosta, pelo intenso trabalho desenvolvido até hoje. Firmamos aqui um compromisso”.

A ministra ressaltou ainda que recebeu do presidente do Senado Federal, José Sarney, correspondência ao qual cumprimenta a iniciativa da criação do GT e menciona a Lei 7.853/1989, que organizou a política nacional da pessoa com deficiência.

Compromisso

Os membros do Grupo de Trabalho firmaram o compromisso de contribuir com a legislação dos direitos da

pessoa com deficiência, sem que haja retrocesso nos direitos já conquistados pelos cidadãos brasileiros com deficiência. Neste sentido, por iniciativa dos próprios membros, foi elaborado documento que foi assinado por todos.

Formação do Grupo

O GT Estatuto foi criado pela Portaria Ministerial nº 616, de 16/05/2012, e é composto por 17 participantes, entre eles juristas, senadores, deputados e sociedade civil (membros do Conade). Veja abaixo quem são os membros do GT.

JURISTAS

a. **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca** – Desembargador Federal do Trabalho, da 9ª Região;

b. **Luiz Alberto David Araújo** – Mestre, doutor e livre docente em Direito Constitucional, professo titular de Direito Constitucional da PUC/SP, procurador regional da república, aposentado;

c. **Luiz Cláudio da Silva Rodrigues Freitas** – Procurador da procuradoria-geral do Banco Central do Brasil;

d. **Joelson Dias** – Advogado, sócio do escritório Barbosa e Dias Advogados Associados, em Brasília, ex-ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mestre em direito pela Universidade de Harvard;

e. **Ramaís de Castro Silveira** – Chefe da assessoria técnica da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos do Estado do RS (SARH);



Foto: Primeira reunião do GT Estatuto, com a presença da ministra da SDH/PR Maria do Rosário e do secretário da SNP, Antônio José Ferreira.

NOTÍCIAS

SOCIEDADE CIVIL

a. **Moisés Bauer Luiz** – Presidente do Conade, representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB);

b. **Roberto Paulo do Vale Tiné** – Coordenador da Comissão de Comunicação Social do Conade (CCS), representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb);

c. **Janaina Carneiro Costa Menezes** – Coordenadora da Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos do Conade (CAN), representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência (Ampid);

SENADORES

a. **Lindberg Farias** (suplente **Melissa Terni**);

b. **Paulo Paim** (suplente **Luciano Ambrósio**);

c. **Welligton Dias** (suplente **Ronaldo Pinto**);

DEPUTADOS

a. **Rosinha Adefal** (suplente **Rida de Cássia Tenório Mendonça**);

b. **Eduardo Barbosa** (suplente **Ricardo Luiz Modanese Santos**); e

c. **Walter Tosta** (suplente **Ricardo Rosech Morato Filho**).

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

a. **Antônio José Ferreira do Nascimento**, titular da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Suplente: **Laissa da Costa Ferreira**, chefe de gabinete da SNPD;

b. **Roberto John Gonçalves da Silva**, diretor de Políticas Temáticas da SNPD. Suplente: **Raquel de Souza Costa**, assessora jurídica da SNPD;

c. **Aline Albuquerque Sant'anna de Oliveira**, assessora da Secretaria Executiva da SDH/PR. Suplente: **Ênio Manoel Cardoso Júnior**, assessor executivo da Secretaria Executiva da SDH/PR.

Histórico

O Projeto de Lei 3.638/2000 foi apresentado na Câmara dos Deputados pelo então deputado federal, Paulo Pain (PT/RS). Em 2006, já como senador, Pain apresentou no Senado o PL 7.699/2006 em substituição ao projeto apresentado na Câmara dos Deputados. Desde então todos os projetos de lei apresentados no congresso e que tenha referência ao assunto “pessoa com deficiência” ficam apensados ao PL 7.699. Hoje são mais de 280 projetos que estão para-

dos.

Durante a realização da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada de 1 a 4 de dezembro de 2008, em Brasília/DF, foi aprovada a Moção nº 34 que propôs uma ampla revisão do texto dos projetos de lei, à luz da Convenção da ONU. No ano de 2009, o Conade realizou cinco encontros regionais onde os projetos foram discutidos com a sociedade, com o objetivo de obter subsídios para a elaboração de proposta de substitutivo. Os encontros foram realizados em Manaus/AM, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF e Canoas/RS.

O material produzido nos encontros regionais foi objeto de análise pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Conade, que se reuniu nos quatro primeiros meses de 2010. Do trabalho deste GT saiu o Relatório de Sistematização dos Subsídios Colhidos nos Seminários Regionais, que foi aprovado pelo Plenário do Conade durante a 68ª Reunião Ordinária, realizada em abril de 2010.

Metodologia

Nesta primeira reunião, foram definidas a metodologia de trabalho do GT e a formação de quatro subgrupos multidisciplinares, contando com um membro de cada de atuação (juristas, sociedade civil, Senado e Câmara dos Deputados). Os subgrupos foram divididos por temas da Convenção da ONU. As reuniões do GT Estatuto serão mensais, com a previsão de que em novembro ocorra uma audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o tema. A próxima reunião será no dia 6 de setembro.

O Grupo tem o prazo de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, para apresentar seu relatório conclusivo. A Convenção da ONU, o Relatório do Conade e os projetos de lei que estão apensos ao PL 7.699/2006, servirão de base para o trabalho dos subgrupos.



Foto: Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da SDH/PR.

Acessibilidade na TV é tema de palestra na 81ª Reunião Ordinária do Conade



Foto: da esq. para a dir. Roberto Tiné (Apabb), Moisés Bauer (ONCB), Monique Cruvinel Bandeira, gerente de tecnologia da (Abert), conselheiro Octavio Penna Pieranti, diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (SCE/MC). Foto do Ministério das Comunicações.

O tema foi apresentado aos conselheiros do Conade por Monique Cruvinel Bandeira, gerente de tecnologia da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e por Octavio Penna Pieranti, diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (SCE/MC).

O tema foi apresentado aos conselheiros do Conade por Monique Cruvinel Bandeira, gerente de tecnologia da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e por Octavio Penna Pieranti, diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (SCE/MC). Os palestrantes apresentaram os detalhes das quatro tecnologias disponíveis para acessibilidade na TV: legenda oculta, audiodescrição, dublagem e janela de Libras.

Legislação

No início da palestra, Monique Bandeira fez uma retrospectiva da legislação brasileira que rege o assunto. A primeira norma sobre a acessibilidade na TV foi a [Lei nº 10.098](#), de 19/12/2000, que estabeleceu normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em seguida, vieram as portarias do Ministério das Comunicações que regulamentaram os prazos e a forma de implantação da tecnologia. A primeira foi a [Portaria nº 310](#), de 27/06/2006, que foi complementada pelas [Portaria nº 466](#), de 30/07/2008; [Portaria nº 661](#), de 14/08/2008; [Portaria nº 188](#), de 24/03/2010; e [Portaria nº 312](#), de 26/06/2012.

Também a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou normas específicas sobre o assunto. A NBR 15.290 trata da acessibilidade na TV; a NBR 15.604 define normas para receptores; a NBR 15.610-1 trata sobre ferramentas de texto; e a NBR 15.610-2 sobre funcionalidades sonoras.

Pelas normas brasileiras, os recursos que compõem o conjunto de acessibilidade são:

a) **Closed-Caption:** também conhecido com legenda oculta, é a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não podem ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. O mapa de caracteres deve estar de acordo com a ISO/IEC 8859-15;

b) **Audiodescrição:** locução em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não podem ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual. A informação deve ser enviada pelo provedor de conteúdo em uma banda de áudio individualizada que, a critério do usuário, pode ser selecionado;

c) **Audiolocução:** permite a inserção de locução, em português, destinada a possibilitar que pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência intelectual selecionem as

NOTÍCIAS

opções desejadas em menus e demais recursos interativos. O fluxo de dados do áudio relativo às aplicações deve ser enviado pelo provedor de conteúdo;

d) **Dublagem:** tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em língua portuguesa, sincronizadas no tempo, entonação, movimento dos lábios dos personagens em cena etc. O som na língua original, assim como de outras línguas, deve ser transmitido simultaneamente em uma banda de áudio independente;

e) **Janela de Libras** - Espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Implantação dos recursos

A **legenda oculta** já tem solução de adaptação do padrão utilizado, inclusive nas transmissões analógicas. Para este recurso, a legislação prevê o aumento progressivo, ao longo dos anos, do total de horas de programação com este recurso. Inicialmente a cobertura foi para os períodos da manhã e noite. Desde junho de 2012 que as redes são obrigadas a transmitir pelo menos doze horas diárias de programação com este recurso. Outra alternativa oferecida às emissoras foi a de exibirem 112 horas semanais incluindo o período da tarde, sendo no máximo duas horas diárias veiculadas entre as duas e as seis horas da manhã. Com esta alternativa as redes poderão transmitir 16 horas diárias, chegando perto da meta prevista para 2014. A partir de junho de 2017 a programação inteira deverá contar com este recurso.

Já a **audiodescrição** depende do aumento da capacidade de armazenamento e mudanças internas para manipulação de mais canais de áudio. Neste caso, a legislação também estabeleceu aumentos progressivos, ao longo dos anos, do total de horas de programação com este recurso. A partir de julho de 2013, pelo menos quatro horas semanais de programação deverão contar com este recurso. Em julho de 2020 a meta é de que pelo menos vinte horas semanais de programação seja exibida com audiodescrição.

A inclusão de **janelas de libras** que possibilite a opção de acioná-la ou não, como fazemos com a legenda oculta, ainda não tem solução técnica e econômica viável. Desta forma, somente é obrigatória nas propagandas político-partidárias e eleitorais, campanhas institucionais e informativas de utilidade pública.

Acompanhamento

Segundo Monique, todas as grandes redes já cumprem o estabelecido nas normas, com certa folga. O processo de substituição da programação analógica por digital, prevista para ser concluída em 2016, fará com que mais lo-

calidades recebam sinal compatível com as normas da acessibilidade. A Abert, preocupada com o tema, está orientando as emissoras associadas para implantação dos recursos. Já foram realizadas palestras sobre o tema e editadas cartilhas orientadoras.



Imagem: Cartilhas editadas pela Abert: Recursos de Acessibilidade; e Lista Geral de Fornecedores (Legenda Oculta, Audiodescrição, Dublagem e Libras)

No entanto, as pequenas redes estão tendo dificuldade de se adequar às normas, tendo em vista o alto custo financeiro envolvido na aquisição de novas tecnologias. Outro fator que tem prejudicado as pequenas redes é a falta de pessoal especializado e de disponibilidade dos equipamentos nas pequenas cidades.

Estas dificuldades podem fazer com que pequenas emissoras abandonem sua programação local (sem acessibilidade) passando a transmitir somente a programação das grandes redes (com acessibilidade). Outra possibilidade é a substituição da programação regional por programação comprada, os famosos “enlatados”.



Foto: conselheiro Octavio Penna Pieranti, diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (SCE/MC)

Octávio Penna lembra que, mesmo que todos os recursos estejam disponíveis na transmissão, é necessário que o receptor seja compatível para que os recursos sejam utilizados. Segundo ele, a legislação brasileira não obriga a fabricação de equipamentos com estes recursos.

A ampliação dos recursos de acessibilidade na TV depende do desenvolvimento de um sistema complexo, integrado por produtores, distribuidores, fabricantes de equipamentos, radiodifusores e sociedade. Para Octávio, o Estado deve estimular o desenvolvimento deste sistema. O Ministério das Comunicações e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República estão trabalhando em conjunto com este propósito. “Neste processo, não se pode prescindir do diálogo com todos os segmentos envolvidos, bem como do acompanhamento do cumprimento das obrigações previstas nas normas”, disse Octávio.

IETSe UFRJ apresentam estudo de Classificação e Valoração da Pessoa com Deficiência

Os conselheiros do Conade conheceram em primeira mão o estudo que está sendo desenvolvido em conjunto pelo Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade (Iets) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de criar o Instrumento de Classificação do Grau de Funcionalidade de Pessoas com Deficiência para Cidadãos Brasileiros.



Foto: da esq. para a dir. Denise Rodrigues Xerez, Médica fisiatra, professora adjunta da faculdade de medicina da UFRJ; Roberto Tiné (Apabh); Moisés Bauer (ONCB); Maurício Blanco, economista do Iets; e Miguel Abud, professor da faculdade Petrópolis, integrante do Grupo de Trabalho do BPC.

Os conselheiros do Conade conheceram em primeira mão o estudo que está sendo desenvolvido em conjunto pelo Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade (Iets) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de criar o Instrumento de Classificação do Grau de Funcionalidade de Pessoas com Deficiência para Cidadãos Brasileiros.

O trabalho foi apresentado por Denise Rodrigues Xerez, médica fisiatra e professora adjunta da Faculdade de Medicina da UFRJ, Maurício Blanco, economista do Iets, e Miguel Abud, professor da Faculdade Petrópolis - integrantes do Grupo de Trabalho Interministerial, instituído para acompanhamento, monitoramento e aprimoramento do novo modelo de avaliação da deficiência e grau de incapacidade da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada (BPC).



Foto: da esq. para a dir. em primeiro plano as conselheiras Naira Gaspar (CUT) e Shella Gassin (Fenavape)

O instrumento pretende classificar as deficiências de acordo com a definição dada pela Convenção sobre Os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, que considera além dos impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a interação com diversas barreiras que pode obstruir a participação plena da pessoa com deficiência na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Atualmente a classificação de pessoa com deficiência está regulamentada pelo Decreto 5.296, de 02/12/2004 e considera para tal a incapacidade para o desempenho de atividade levando em conta apenas o aspecto funcional da pessoa. Pelo estudo apresentado, além dos fatores individuais, fatores ambientais também podem influir na classificação da pessoa com deficiência. A avaliação individual proposta deve ser feita por profissional de saúde e por assistente social. O modelo foi aprovado e agora será feito teste-piloto para, em seguida, ser validado.

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) desenvolveu a Avaliação Social e Médico-Pericial para Acesso de Pessoas com Deficiência ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) com o mesmo conceito utilizado pelo Iets. O INSS considera o conceito médico e social para definir a inclusão de pessoas no benefício. Segundo Miguel Abud, a metodologia vem sendo utilizada com sucesso em outros países, como o México e a Espanha.

O GT Estatuto que foi criado para fornecer subsídios para o aperfeiçoamento do projeto de lei que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, deverá se basear nestes estudos para propor a regulamentação do Artigo 1 da Convenção da ONU, e definir quem é considerado pessoa com deficiência.

Prazos da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

A Comissão Organizadora da III Conferência chama a atenção para os prazos de envio dos documentos produzidos das etapas estaduais.



Foto: da esq. para a dir. Moisés Bauer (ONCB), presidente do Conade; e Antônio José Ferreira (SDH/PR), vice-presidente de Conade e titular da SNPDP.

Neste mês, estão sendo realizadas as conferências estaduais preparatórias para a III Conferência Nacional. Em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, delegados escolhidos nas conferências e fóruns municipais estão formulando propostas para serem levadas para a Conferência Nacional.

A Comissão Organizadora da III Conferência chama a atenção para os prazos de envio dos documentos produzidos das etapas estaduais. Os conselhos estaduais têm até o dia 31 de setembro para enviar as deliberações, relação de delegados e demais documentos pertinentes para a Comissão Organizadora da Conferência Nacional.

O prazo para a realização das conferências estaduais encerra-se no dia 31 de agosto. No entanto, os estados do Maranhão, Goiás, Rondônia e Amazonas tiveram seus prazos estendidos para setembro, sem prejuízo do prazo final para remessa dos documentos.

No site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), no endereço eletrônico <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conferencia>, é possível baixar arquivos com todas as orientações necessárias. Fique atento para não errar!

Transmissões ao vivo pela internet em novo link

A partir da 81ª Reunião Ordinária do Conade, realizada de 7 a 9 de agosto, as transmissões ao vivo, pela internet passaram a ser realizadas em novo endereço eletrônico.

A partir da 81ª Reunião Ordinária do Conade, realizada de 7 a 9 de agosto, as transmissões ao vivo, pela internet passaram a ser realizadas em novo endereço eletrônico. Basta acessar <http://nucleomedia.sdh.gov.br/aovivo/>. É necessário que o acesso seja feito pelo Internet Explore.

Até a reunião anterior, a transmissão pela internet era feita através de parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) com o Ministério da Saúde (MS), através do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids (DST/Aids), a quem agradecemos pela disponibilidade em nos atender sempre que precisamos.

Agora, a SDH/PR tem tecnologia própria para gerar imagem e som de todos os eventos que são realizados na sala do plenário. As transmissões são feitas em alta definição (HD) e podem ser vistas em qualquer parte do mundo com acesso à internet. Nesta reunião, foram registrados acessos em Portugal e na Costa Rica.

E, em breve, teremos mais novidades. Novos equipamentos estão sendo adquiridos, aos quais serão incluídos os recursos de acessibilidade, como legenda em tempo real e janela de Libras. Agende e acompanhe! A próxima reunião do Conade será nos dias 18 e 19 de outubro.



Imagem captada na internet, durante a transmissão ao vivo da 81ª Reunião Ordinária.

GLOSSÁRIO DAS SIGLAS

SIGLAS

Abraa.....	Associação Brasileira de Autismo
ABRC.....	Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas
Ampid.....	Ass. Nac. dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência
Apabb.....	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
CBDV.....	Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Visuais
CC/PR.....	Casa Civil da Presidência da República
Coede/BA.....	Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado da Bahia
CMAPPD/BH.....	Conselho Municipal para Assuntos da Pessoa com Deficiência de Mogi das Cruzes/SP
CNC.....	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Conade.....	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Confea.....	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CUT.....	Central Única dos Trabalhadores
Farbra.....	Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil
FBASD.....	Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
FCD Brasil.....	Federação das Fraternidades Cristãs de Pessoas com Deficiência do Brasil
Fenapae.....	Federação Nacional das Apaes
Fenasp.....	Federação Nacional das Associações Pestalozzi
Fenavape.....	Federação Nacional das Avapes
Feneis.....	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
MC.....	Ministério das Comunicações
MCidades.....	Ministério das Cidades
MinC.....	Ministério da Cultura
MCT.....	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS.....	Ministério das do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME.....	Ministério do Esporte
MEC.....	Ministério da Educação
MJ.....	Ministério da Justiça
Morhan.....	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
MPS.....	Ministério da Previdência Social
MRE.....	Ministério das Relações Exteriores
MS.....	Ministério da Saúde
MT.....	Ministério dos Transportes
MTE.....	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur.....	Ministério do Turismo
OAB.....	Ordem dos Advogados do Brasil
ONCB.....	Organização Nacional de Cegos do Brasil
SDH/PR.....	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SPM.....	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SNPD.....	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
UNISERT.....	União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal Credenciados

Consulte a relação dos conselheiros e a composição das comissões permanentes na página do Conade na internet.

A grafia de siglas obedece às regras ortográficas da língua portuguesa. As principais normas são:

1. Sigla com até três letras deve ser grafada em caixa alta. OAB
2. Sigla com quatro ou mais letras e que seja pronunciada como se fosse uma palavra deve ser grafada em caixa baixa, com exceção da letra inicial que deve ser maiúscula. Conade
3. Sigla com quatro ou mais letras e que só possa ser pronunciada letra por letra deve ser grafada em caixa alta. SNPD
4. Toda sigla, independentemente do número de letras, em que algumas letras não correspondem à letra inicial de cada um dos nomes que a compõem, deve ser grafada em caixas alta e baixa. UnB
5. No caso de órgãos estrangeiros, deve ser mantida a sigla do idioma original, porém grafada conforme as regras anteriores. Unesco
6. Sigla de entidade com unidades regionais ou estaduais deve ser grafada com hífen seguido da sigla do estado ou região. Apae-DF
7. As siglas, assim como as abreviaturas, não admitem a pluralização. As Apaes

Fonte: Romeu Sasaki (2006)

EXPEDIENTE

Responsável pelo Informativo

Comissão de Comunicação Social (CCS)

Composição da Comissão de Comunicação Social

Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas (ABRC)
 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb).
 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
 União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal Credenciados (Unisert)
 Ministério da Cultura (MinC)
 Ministério das Comunicações (MC)
 Ministério das Relações Exteriores (MRE)
 Ministério do Turismo (MTur)

Comitê Editorial

Janilton Lima (CNC)
 Lisane Lima (SDH/PR)
 Márcio Aguiar (ABRC)
 Patrícia Ávila (MC)
 Roberto Tiné (Apabb)

Revisão

Romeu Sasaki

Apoio

Secretaria Executiva do Conade (SE/Conade)
 Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)
 Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde)
 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb).



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote "C", 8º andar, Ed. Cidade Parque Corporate, Torre "A".
 Brasília/DF - CEP 70308-200 Telefone: (61) 2025-9219 / 2025-3673 / Fax: (61) 2025-9967
 E-mail: conade@sdh.gov.br Página na internet: www.pessoacomdeficiencia.gov.br